



Observatório de Política Exterior do Brasil

**– Informe de Política Externa Brasileira –
Nº 85
Março – 2017**

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação temático executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Franca.

Em seu Informe mensal, o Observatório de Política Externa Brasileira destina-se a analisar a cobertura dada pelas revistas semanais *Carta Capital* e *Veja*, e pelos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Valor Econômico* e *Zero Hora*, mais especificamente pelos seus editoriais. Partindo-se do princípio de que esses veículos são formadores de opinião pública e representantes de posicionamentos político-ideológicos distintos, justifica-se verificar qual a visão que divulgam a respeito das ações do governo brasileiro no que tange a sua política externa. A metodologia utilizada para a realização dessa análise será a leitura minuciosa das reportagens e posterior cotejamento das mesmas a fim de identificar as diferentes percepções dessa política de Estado. Em um segundo momento, uma breve análise da conduta brasileira no âmbito internacional será feita à luz das Relações Internacionais.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias; Prof. Dr. Eduardo Mei.
Doutorandos pelo PPGRJ San Tiago Dantas (Unesp – Unicamp – PUC/SP): Giovanna Ayres Arantes de Paiva; José Augusto Zague; Livia Peres Milani; Luiza Elena Januário.
Mestrandos pelo PPGRJ San Tiago Dantas (Unesp – Unicamp – PUC/SP): Adriane Gomes Fernandes de Almeida; Bruce Roberto Scheidl Campos; Camila Gomes de Assis; Jonathan de Araujo de Assis; Julia de Souza Borba Gonçalves; Kimberly Alves Digolin.
Graduados em Relações Internacionais pela UNESP/ Franca: Camila Oliveira Santana; Thiago Eizo Coutinho Maeda.



Observatório de Política Exterior do Brasil

No mês de março, a imprensa brasileira destacou os desafios a serem enfrentados por Roberto Azevêdo após sua reeleição enquanto diretor-geral da OMC, tendo em vista o cenário de maior protecionismo e recrudescimento internacional, especialmente destacando a postura dos Estados Unidos. A política externa brasileira também foi tema abordado pela Revista Veja e pelo jornal O Estado de S. Paulo, que destacou a saída de José Serra do Ministério das Relações Exteriores e abordou as novas diretrizes esboçadas pelo atual governo, respectivamente.

Organização Mundial do Comércio

No dia 4 de março de 2017, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou editorial sobre os desafios enfrentados por Roberto Azevêdo na condução da Organização Mundial do Comércio (OMC) após sua reeleição para o cargo de diretor-geral.

O Estado de S. Paulo argumentou que o principal desafio neste segundo mandato de Azevêdo será impedir a implosão do sistema multilateral do comércio frente à postura dos Estados Unidos, na figura do presidente Donald Trump, de adoção de medidas protecionistas – tendo em vista suas promessas de campanha eleitoral e o abandono da iniciativa Parceria Trans-Pacífico (TPP).

O jornal oferece destaque ao que acredita ser a realização mais notável durante o primeiro mandato de Azevêdo: a conclusão, em 2013, do Acordo de Facilitação de Comércio, o primeiro acordo geral desde a criação da OMC. *O Estado de S. Paulo* argumenta que isto permitiu que a OMC se revigorasse e se fortalecesse enquanto fórum de regulação do mercado global após o insucesso da Rodada Doha. Dentre os pontos positivos desse acordo, o periódico destacou o corte nos custos comerciais, a maior participação das empresas nas trocas, os benefícios para os países em desenvolvimento e o acréscimo anual de até US\$1 trilhão no comércio.

O Estado de S. Paulo, ao longo de todo o editorial, enfatizou que a adesão dos países aos princípios da OMC foi capaz de gerar uma “nova” economia mundial, caracterizada pela formação das grandes cadeias de valor onde há mais integração entre os sistemas produtivos. Possibilitando, então, uma nova composição do sistema



Observatório de Política Exterior do Brasil

produtivo, que vai além da relação entre fornecedores de matérias-primas e produtores de bens industrializados, incluindo também transações de insumos e bens intermediários.

Nesse sentido, é possível notar que o jornal se demonstra receoso quanto à estabilidade do sistema multilateral do comércio nos próximos anos, apontando que essas conquistas serão minadas e retaliações poderão surgir por parte dos demais países caso o presidente Donald Trump decida administrar o comércio por fora das regras da OMC. Ainda que Trump siga a promessa de sua campanha eleitoral, a própria economia estadunidense, em todo seu conjunto, poderá ser afetada devido à elevação de custos e de preços, assim como devido à piora dos padrões de consumo – compreendidos enquanto consequências das medidas protecionistas.

Política externa durante a gestão de Serra

No dia 1º de março, a revista *Veja* publicou uma nota sobre a saída de José Serra do cargo de ministro das Relações Exteriores e a política externa durante sua passagem pelo ministério. Ainda que a nota enfoque as motivações que levaram Serra a pedir demissão do cargo – problemas de saúde e as delações da Odebrecht –, a revista menciona que o Itamaraty sob seu comando se distanciou das práticas diplomáticas das gestões anteriores.

A *Veja* enfatizou os adjetivos “radical” e “petistas” para mostrar a nova marca do ministério, citando como exemplos o afastamento do Brasil em relação a alguns países da região, denominados pelo semanário enquanto “de esquerda populista”, bem como a suspensão da Venezuela no Mercosul, considerada pela revista como um “empurrão fundamental”. Tais mudanças exaltadas pelo semanário estão em concordância com o que José Serra anunciou que seriam as “novas” diretrizes da política externa durante seu mandato, ou seja, a não partidarização e não ideologização da política exterior, a revisão da postura brasileira e a revisão do Mercosul, a fim de torná-lo um bloco de livre comércio.

Entretanto, vale destacar que o semanário deliberadamente enquadra a política externa adotada a partir do governo de Lula da Silva enquanto ideológica e prejudicial ao país, mas desconsidera três pontos fundamentais para a compreensão dessa linha



Observatório de Política Exterior do Brasil

diplomática. Primeiro, a busca pela diversificação de parcerias para além do eixo Norte-Sul tinha como objetivo uma maior projeção internacional e capacidade de negociação frente os países entendidos enquanto mais desenvolvidos. Em segundo lugar, o fato de que essa postura não representou uma total ruptura com a política externa adotada pelo período imediatamente anterior, tendo em vista que as tratativas para um maior acercamento entre os países da América do Sul tiveram início já no governo de Fernando Henrique Cardoso. E, por último, o fato de que toda escolha política é ideológica, independente se mais alinhada a uma vertente neoliberal ou se mais voltada para as parcerias Sul-Sul.

Política externa brasileira

Em editorial publicado no dia 8 de março, o jornal *O Estado de S. Paulo* fez um balanço negativo a respeito da política externa implementada durante os governos de Lula da Silva, ao mesmo tempo em que lança luz sobre os indicativos de mudanças na agenda externa por parte do atual governo. Inicialmente, o jornal defende que o governo Lula impôs ao país uma política externa que buscou, exclusivamente, a viabilização de objetivos pessoais do ex-presidente, que tinha por ambição ser reconhecido enquanto um líder mundial. Deliberadamente ou não, o editorial perde de vista a prerrogativa fundamental que os governos têm de determinar as políticas a serem adotadas nas diferentes pastas do governo, sejam essas marcadas por continuidades ou rupturas em relação às políticas anteriores.

Em mesma medida, ao destacar a natureza do estudo formulado no âmbito da Comissão de Relações Exteriores do Senado a respeito da ação do Ministério das Relações Exteriores durante os governos Lula, o jornal apresenta uma visão heterodoxa acerca da relação entre a política externa e a diplomacia. Enquanto órgão que compõe o conjunto de ministérios do país, ao Itamaraty cabe a implementação da política externa adotada pelo governo, não sendo sua designação, portanto, tal como sugere o jornal, determinar mudanças na política externa do país – ainda que possa exercer influências nesse sentido.



Observatório de Política Exterior do Brasil

Ademais, *O Estado de S. Paulo* aponta uma suposta incoerência no estreitamento das relações com países do Sul global, uma vez que teria por finalidade conquistar votos para eleger o Brasil membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), e não o objetivo de fortalecer o comércio exterior, tal como indicava o discurso oficial. Em complemento, o editorial enfatiza que a ONU jamais considerou seriamente a possibilidade de abrir vaga em seu Conselho de Segurança, o que teria privado a reivindicação brasileira de sentido. A esse respeito, há ao menos duas questões que necessitam serem discutidas: em primeiro lugar, a estreita leitura do editorial a respeito da extensão de ganhos que a ação internacional pode resultar; e em segundo lugar, o entendimento equivocado sobre o funcionamento da ONU.

Em relação ao primeiro ponto, ao enfatizar a suposta incoerência entre o discurso e a prática da ação externa do país durante os governos Lula, o editorial assume de maneira tácita que há uma incompatibilidade fundamental na busca simultânea de objetivos políticos e econômicos. No mínimo, é razoável apontar que uma leitura dessa natureza simplifica demasiadamente as complexas relações entre os diferentes atores no âmbito das relações internacionais. Ainda que os êxitos dessas políticas sejam abstraídos, não é insensato considerar que um país busque a consecução concomitante de diferentes objetivos por meio de uma ação. A respeito da segunda questão, faz-se necessário esclarecer que a ONU, enquanto organização internacional, não possui autonomia decisória sobre a configuração dos assentos permanentes de seu Conselho de Segurança. Isto é, depende da vontade política de ao menos dois terços dos Estados-membros, incluindo – e sobretudo – os membros permanentes do Conselho de Segurança, para a aprovação de uma emenda à Carta das Nações Unidas para que a reforma seja estabelecida.

Ademais, o periódico faz referência às críticas que o documento produzido pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) no âmbito da Comissão de Relações Exteriores do Senado tece ao crescimento no número de representações diplomáticas ao longo dos governos Lula. O argumento presente no relatório, o qual conta com o apoio do editorial, é o de que não há causalidade entre a presença de embaixadas e resultados na dimensão econômica. Em mesma medida, o estudo considera que os ganhos políticos associados ao aumento das representações diplomáticas não são necessariamente significativos. Frente



Observatório de Política Exterior do Brasil

ao exposto, cabe destacar que os esforços empreendidos no sentido de aumento do número de representações diplomáticas estiveram associados a uma concepção definida a respeito da forma pela qual a política externa buscava a inserção internacional do país. Nesse sentido, entende-se que qualquer decisão acerca da diminuição do número de embaixadas e consulados também deva estar respaldada por uma política externa que conforme de maneira clara os objetivos e a forma de inserção internacional buscada pelo atual governo.

Referências bibliográficas:

A OMC e a ameaça de Trump. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 04 mar. 2017. Editorial.

ONOFRE, Renato. Serra sai de cena. **Revista Veja**, São Paulo, 1º mar. 2017. Notas, Edição 2519, p. 50-51.

Senado pede nova diplomacia. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 8 mar. 2017. Opinião.

Serra comentou sobre as novas diretrizes da política externa. **OPEB**. Franca, 02 jun. 2016. Informe Semanal, nº 499.